

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – CIÊNCIAS DA  
NATUREZA

TÂNIA CONCEIÇÃO DE SOUZA BARRETO

**O ENSINO DE CIÊNCIAS COMO AÇÃO POLÍTICA NO SISTEMA PRISIONAL**

TRAMANDAÍ

2020

TÂNIA CONCEIÇÃO DE SOUZA BARRETO

**O ENSINO DE CIÊNCIAS COMO AÇÃO POLÍTICA NO SISTEMA PRISIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Campus Litoral Norte, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título Licenciatura em Educação do Campo.

Orientador Prof. Dr. Roniere Dos Santos Fenner.

TRAMANDAÍ

2020

Ficha catalográfica que pode ser gerada pelo link:

<https://www.ufrgs.br/bibliotecas/ferramentas-de-producao/ficha-catalografica/>

Dúvidas? Contate-nos pelo email [bibcln @ ufrgs.br](mailto:bibcln@ufrgs.br) ou pelo telefone (51) 3308-1306

TÂNIA CONCEIÇÃO DE SOUZA BARRETO

## **O ENSINO DE CIÊNCIAS COMO AÇÃO POLÍTICA NO SISTEMA PRISIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Campus Litoral Norte, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título Licenciatura em Educação do Campo.

Orientador Prof. Dr. Roniere Dos Santos Fenner.

Data de aprovação: (19 de novembro de 2020)

Banca examinadora

---

Prof. Dr. Alexandre Luís, Junges

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karen Cavalcanti Tauceda

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

## **DEDICATÓRIA**

Este trabalho é dedicado ao meu esposo amado Samuel e às minhas filhas Aline, Michele e Edi.

Dedicado também a minha amada irmã e Professora, Marlete Barreto, Coordenadora pedagógica do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro, da Penitenciária Estadual do Jacuí, (PEJ), e a todos os sujeitos envolvidos no processo de Educação no sistema carcerário no Brasil e no mundo.

Seria uma atitude muito ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que permitisse às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de forma crítica [...].

Paulo Freire.

## RESUMO

O presente trabalho busca tratar, refletir questões relevantes relacionado ao ensino das ciências, no contexto de Jovens e Adultos privados de liberdade, o que está sendo oferecido? o que garante os seus direitos à educação e ao trabalho? e sobre tudo, sua ressocialização? visto que apenas uma parcela da população carcerária estuda no cumprimento da pena. Atualmente o modelo vigente de prisão no Brasil, segundo dados do Infopen (levantamento Nacional de Informações Penitenciárias), traz um cenário de superlotação, mostrando a fragilidade nas propostas e políticas públicas voltadas para uma possível ressocialização, resultando assim na falta de perspectiva e oportunidades a esses sujeitos. Na Penitenciária estadual do Jacuí (PEJ), contexto da pesquisa, localizada no município de Charqueadas, menos de 10% dos encarcerados tem acesso à sala de aula. A pesquisa, de forma qualitativa, teve início no mês de Outubro/2017, e está baseada em dados disponíveis dos questionários semiestruturados aplicados, com doze (12) perguntas para a Coordenadora Pedagógica e onze (11) perguntas para a Professora de ciências da natureza, algumas respostas foram transcritas. O trabalho reflete Também o impacto provocado pela pandemia de Covid-19, no que diz respeito ao ensino/aulas dos Alunos Privados de Liberdade (PL), para isso, contou com uma entrevista informal, com uma professora atuante no núcleo educacional, nas totalidades 1 e totalidades 2, da Educação de Jovens e Adultos (EJA), do Núcleo Educacional, sendo também estudo de caso. Pode-se concluir na análise preliminar das respostas, uma preocupação, por parte dos professores, com as metodologias desenvolvidas na sala/cela de aula, e que os estudantes relacionam os conceitos trabalhados em aula, com suas vivências diárias, considerando a condição na qual estão inseridos.

**Palavras-chave:** Ensino de Biologia. Educação Prisional. EJA Prisional.

## ABSTRACT

This paper seeks to address, reflect relevant issues related to science education, in the context of Youth and Adults deprived of their liberty, what is being offered? what guarantees your rights to education and work? and above all, its resocialization? since only a portion of the prison population studies while serving their sentences. Currently, the current prison model in Brazil, according to data from Infopen (National Penitentiary Information Survey), brings a scenario of overcrowding, showing the weakness in the proposals and public policies aimed at a possible re-socialization, thus resulting in the lack of perspective and opportunities to these guys. At the Jacuí State Penitentiary (PEJ), the research context, located in the municipality of Charqueadas, less than 10% of prisoners have access to the classroom. The research, in a qualitative way, started in October / 2017, and is based on available data from the semi-structured questionnaires applied, with twelve (12) questions for the Pedagogical Coordinator and eleven (11) questions for the Professor of natural sciences , some answers were transcribed. The work also reflects the impact caused by the Covid-19 pandemic, with regard to the teaching / classes of Private Students of Liberty (PL), for this, it had an informal interview with an active teacher in the educational nucleus, in totalities 1 and totalities 2, of Youth and Adult Education (EJA), of the Educational Nucleus, and also a case study. It can be concluded in the preliminary analysis of the answers, a concern on the part of the teachers, with the methodologies developed in the classroom / cell, and that the students relate the concepts worked in class, with their daily experiences, considering the condition in which they are inserted.

**Keywords:** Biology teaching. Prison Education. EJA Prison.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Penitenciária Estadual do Jacuí – PEJ.....	25
Figura 2 – Sala de aula – Núcleo Educacional Julieta Villamil Balestro.....	25
Figura 3 – Galeria Pavilhão B – Penitenciária Estadual do Jacuí.....	26
Figura 4 – Brete – Penitenciária estadual do Jacuí.....	26

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EJA	Educação de Jovens e Adultos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GEPEC	Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação em Ciências ISSN
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
NEEJA	Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos
PASC	Penitenciária de alta segurança de Charqueadas
PEC	Penitenciária Estadual de Charqueadas
PEJ	Penitenciária Estadual do Jacuí
PL	Privado de Liberdade
PMEC	Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas
SEAPEN	Secretaria da Administração Penitenciária
SUSEPE	Superintendência dos Serviços Penitenciários

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 OBJETIVOS.....</b>	<b>13</b>
<b>2.1 Objetivos Gerais.....</b>	<b>13</b>
<b>2.2 Objetivos Específicos.....</b>	<b>13</b>
<b>3 REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>14</b>
<b>3.1 Contexto Prisional e o Ensino De Ciências .....</b>	<b>23</b>
<b>3.2 Marco Legal .....</b>	<b>27</b>
<b>4 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>29</b>
<b>5 METODOLOGIA .....</b>	<b>35</b>
<b>6 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>38</b>
<b>6.1 Resultados baseados nas respostas dos questionários .....</b>	<b>38</b>
<b>6.2 Resultado da pergunta da entrevista Informal .....</b>	<b>43</b>
<b>6.3 Resultados Baseados no Plano Político Pedagógico (PPP) .....</b>	<b>45</b>
<b>6.4 Contexto Educacional da Pesquisa.....</b>	<b>47</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>52</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>54</b>
<b>APÊNDICE A - Questionário à coordenadora Pedagógica do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro. M. R. S. B... 54</b>	
<b>APÊNDICE B - Questionário à professora de Biologia do Núcleo Estadual de educação de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro..... 55</b>	
<b>APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido..... 56</b>	

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo investigar questões relevantes ao ensino das ciências no contexto de Jovens e Adultos privados de liberdade. O que está sendo oferecido, o que garantem os seus direitos à educação ao trabalho, e sobre tudo, sua ressocialização, e apenas uma parcela da população carcerária estuda durante o cumprimento da pena.

Hoje o modelo vigente de prisão no Brasil traz um cenário de superlotação e falta de perspectiva para esses sujeitos. No núcleo educacional pesquisado, na Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ) menos de 10% dos encarcerados tem acesso à sala de aula. A Educação Prisional tem como objetivo qualificar, instruir, e promover os sujeitos para reconstrução de suas vidas e de sua família.

Segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN, 2017), 64% da população carcerária no Brasil é formada por jovens, negros, com baixa escolaridade e renda, se constitui então, pelos os que vivem/vivem à margem da sociedade, na maioria das vezes são oriundos das favelas e morros (comunidades) formados em grandes centros metropolitanos, onde predomina a escassez nas áreas da segurança, saúde, educação, emprego entre outras.

Este crescimento populacional geralmente é o resultado da fragilidade e da ineficiência de políticas públicas, voltadas tanto para o campo (êxodo rural) quanto para o urbano, onde muitas vezes são originados os guetos resultado da omissão do estado e a exclusão de classes, que segundo WACQUANT, 2008 p. 34, sociólogo e pesquisador francês, através da “Descivilização e demonização cria-se um novo regime de marginalidade urbana”.

Charqueadas, está situada a 59,5 Km da capital Porto Alegre, RS com uma população estimada de 40.789 de pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de geografia e Estatística, (IBGE, 2019).

Na cidade foram construídas cinco (5) penitenciárias: A Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), a Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (PASC), a Penitenciária Estadual de Charqueadas (PEC), a Penitenciária Modulada de Charqueadas (PMEC) e a Colônia Penal Agrícola de Charqueadas, (General Daltro Filho).

Em meio aos altos muros que circundam a penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), o contexto da pesquisa, guaritas de segurança e grades existem núcleos de ensino organizados pela Secretaria de Educação (SEDUC), e que representam o Art. 205 da Constituição brasileira que diz: Educação Direito de Todos, Dever do Estado.

A Educação Prisional, está ancorada na Educação Popular, educação das massas, acessível, igualitária, emancipadora, que tem nos seus sujeitos os jovens e adultos que por motivos diversos, não tiveram acesso a ela.

Neste sentido estabelecer o que entendemos por aprendizado em ciências, considerando as singularidades e características destes espaços, e de todos os envolvidos neste processo.

Freire, através da obra Pedagogia do Oprimido (1983), valoriza e considera o diálogo entre educador e educando uma ação, um processo político social que visa o desenvolvimento de uma pedagogia própria, pedagogia humana.

A Constituição Federal em seu Art. 205, estabelece que a educação é um direito de todos, e para todos, assegurado inclusive às pessoas em privação de liberdade.

A aprendizagem em áreas específicas como Ciências, se faz necessária para a construção de uma educação com mais igualdade de direitos, da trajetória escolar dentro e fora do sistema prisional.

O trabalho, que irá oportunizar também um entendimento, em vista da realidade vivenciada durante a pesquisa, de antes e após a redução/cortes efetuados pelo Governo do Estado e a SEDUC, (Secretaria de Educação). Também apresenta uma reflexão sobre a educação no contexto da pandemia da COVID -19, no núcleo educacional pesquisado.

Isso posto, a seguir o problema central da pesquisa: Identificar quais concepções prévias orientam as práticas pedagógicas no Ensino de Ciências, considerando os conhecimentos prévios relacionados à cultura, saber popular e conceitos científicos escolares dos estudantes PL, (Privados de Liberdade) no Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro?

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivos Gerais**

Identificar se o currículo documental, a partir do Projeto Político Pedagógico (PPP), de ciências, Educação de Jovens e Adultos, (EJA) Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEEJA) no ensino prisional e o currículo desenvolvido efetivamente na sala de aula propõem contextualização com a realidade dos sujeitos em uma aprendizagem significativa.

### **2.2 Objetivos Específicos**

Identificar quais critérios são utilizados para seleção dos encarcerados que frequentarão as aulas;

Investigar no currículo de ciências temas relevantes vinculados ao conhecimento científico como, por exemplo, questões socioambientais, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e higiene de modo geral;

Identificar metodologias que considerem a construção do conhecimento dos estudantes a partir da realidade vivenciada; para o ensino de Ciências em situações de privação de liberdade.

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

Para uma melhor compreensão da pesquisa, foi necessário realizar uma revisão de literatura em trabalhos que articulassem as discussões entre o ensino de Ciências e a educação nos sistemas penitenciários, buscando, também, entender como se dá à volta do preso à sociedade.

De acordo com OLIVEIRA (2017), existe uma escassez de artigos, ou pesquisas referentes ao ensino de Ciências e Biologia no sistema prisional. Tal condição é frustrante e sugere que novas pesquisas são necessárias.

Muito além de ser um direito humano, é um direito legal, a educação no sistema prisional é uma forma de reingresso desse sujeito na sociedade, e também, pode-se dizer um “alento” para o cumprimento da pena, reduz a vulnerabilidade social do encarcerado, possibilitando ainda no conhecimento de outros direitos.

O autor também chama a atenção para alguns problemas enfrentados neste tipo de educação, como a superlotação nos presídios, a falta de uma estrutura adequada, escassez de funcionários (agentes de segurança, professores, entre outros). Entretanto, cientes desta realidade ele frisa a importância, não somente para o encarcerado, mas para a sociedade como um todo.

Segundo OLIVEIRA (2017), pensar sobre o ensino de Biologia e Ciências, nos remete a sondagem de questões que são pertinentes, tanto para o trabalho pedagógico, como para as atuais necessidades de aprendizagem destes alunos, como eles entendem e desenvolvem o conhecimento científico.

Acreditar que desenvolver no encarcerado o senso crítico, a capacidade de interpretação e conhecimento sobre ciências e Biologia pode contribuir para a ressocialização e a melhor autoestima dessas pessoas. (OLIVEIRA, 2017, Pág. 3).

Com base em experiências do autor (idem), notou-se que alguns temas indicados, como o ciclo de Krebs, a evolução dos seres vivos, desde os seres acelulares, até os vertebrados, por exemplo, o questionamento se encontra com certa dificuldade, devido ao pouco tempo disponível de trabalho, (tempo comparado ao ensino regular), e a busca de metodologias adequadas.

SILVA, MOREIRA & OLIVEIRA (2016) falam da resolução nº 3, de 11 de março de 2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), em seu Artigo 2º, ordena que:

As ações de educação no contexto prisional devem estar calcadas na legislação educacional vigente no país e na lei de execução penal devendo atender as especificidades dos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino. (CNPCCP, 2009).

Sabendo da necessidade de um novo projeto político pedagógico, adequado ao contexto prisional os autores Silva, Moreira & Ferreira (2016), iniciaram sua pesquisa a partir dos profissionais designados na prestação de assistências e dos serviços estipulados pela lei de Execução Penal (LEP), com exceção da assistência religiosa.

Segundo a pesquisa o objetivo de todas as ciências presentes no ambiente prisional, é a ressocialização do encarcerado, a reinserção social, reeducação, que só serão alcançadas a partir do trabalho, da educação, da disciplina e da segurança, pois como numa engrenagem, nenhum setor obterá êxito sem que haja a colaboração total.

Analisando os objetivos das diversas ciências e dos profissionais envolvidos, identifica-se o modelo que é trabalhado dentro de cada instituição, a partir deste ponto aí estabelecer uma síntese da relação entre as ciências e suas implicações na educação e conhecimentos para melhoria das condições do cumprimento de pena.

Segundo os autores, não existe um posicionamento crítico das áreas de conhecimento e de seus profissionais, uma vez que o estado defende as ciências humanas, sociais e biológicas, usando de seus conhecimentos em prol de seus propósitos, político-ideológico, as ciências jurídicas absorvem os demais campos de conhecimento, o que não contribui em nada para que se resolvam os problemas sociais.

A lógica que preside a articulação entre a educação escolar e não escolar nas prisões é a valorização de toda e qualquer iniciativa positiva por parte do preso, E isso requer que cada atividade que venha a ser desenvolvida, cumpra alguns pré-requisitos quanto á sua oferta e organização, precisam ter objetivos e metas definidas, que cumpra um programa regular, com períodos e carga horária definida,

ser ministrado por profissionais qualificados, ser passível de avaliação e que no final possa resultar em certificação. (SILVA; MOREIRA & OLIVEIRA, 2016, p.21).

O cinema na cela de aula de CAVALCANTE (2011) descreve o uso de filmes no ensino de biologia para EJA prisional que nasceu de uma proposta de aperfeiçoamento, para o ensino de ciências em sala de aula, na procura de uma estratégia, ferramenta que viabilizasse também a aplicação na educação prisional, reconhecendo a educação como direito essencial para o desenvolvimento do sujeito, pois segundo a autora, o fato de uma pessoa encontrar-se encarcerada, não a impede do direito de acesso à educação.

Entretanto, apenas uma pequena parte dos encarcerados estudam durante o cumprimento de pena, segundo dados da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso- FUNAP, em maio de 2010, no Distrito Federal, em torno de 12% estudavam, em uma população prisional de 8.000. Ciente da importância de se estender o estudo a um maior número de detentos, a autora entende a imprescindibilidade na busca de estratégias de ensino, direcionada para o adulto preso e que possam, do algum modo, se apropriar a realidade prisional.

Geralmente, segundo a autora, os alunos detentos, apresentam baixo índice de conhecimento científico, visto que a maioria deles ficou muito tempo sem estudar, ou não tiveram acesso a uma educação regular e contínua, contam ainda com a precariedade de recursos, apesar da existência de bibliotecas, os livros didáticos são na maioria das vezes, escassos ou desatualizados.

Por motivo de segurança, segundo a autora, materiais básicos, como cadernos, lápis, não podem ficar em posse deste aluno, não tornando possíveis as atividades fora do horário de aula, neste contexto, além das características próprias do encarceramento (privação da liberdade, ausência da família, alimentação restrita, dificuldades de assistência médica entre outros), existem dificuldades específicas que influenciam no processo de ensino e de aprendizagem.

Apesar das dificuldades, a escola é vista de maneira positiva por esses alunos.

“O científico e o lúdico podem ser compatíveis”, a partir dessa afirmação, a autora iniciou a abordagem dos conceitos biológicos no contexto prisional, logo após buscou diversos outros caminhos: dramatizações, educação sexual, Darwin, textos da mídia impressa, e retornou ao ponto de partida.

[...] Nesta busca pelo tema de pesquisa, busquei estratégias que pudessem associar a Biologia com o prazer em aprender Biologia e com as possibilidades aplicáveis dentro das limitações do ambiente prisional. (CAVALCANTE, 2011, p.16).

A autora ainda vai além ao dizer que:

Sendo o maior anseio do preso, a liberdade, esta poderá ser alcançada, ao menos em parte, quando seu pensamento consegue transpor as grades da prisão e ir além. Neste voo de liberdade, as asas podem ser adquiridas ao ler um livro, ver um filme ou discutir assuntos relevantes em aula, com isso, a sala ou a cela de aula se constitui em um lugar privilegiado de liberdade dentro da prisão. Local onde o professor pode provocar o aluno e não apenas uma liberdade momentânea, mas uma liberdade permanente, baseada na sua conscientização sobre si mesmo, sobre sua dignidade e sobre suas potencialidades. (CAVALCANTE, 2011, p.31).

SILVA (2014), através de sua pesquisa, relata as concepções e experiências de uma Graduanda de Química com a da Educação Prisional, trabalho esse realizado na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, em Porto Alegre, RS.

Percebi em sua narrativa suas preocupações iniciais, como por exemplo, a falta de informação sobre o contexto de uma penitenciária, de como ela imaginava as pessoas que encontraria ali, suas histórias, trajetórias de vida e de que maneira trabalharia o pouco do pré-conceito que trazia consigo.

Sua metodologia para realizar seu trabalho, era através de oficinas, como professora, do Curso Profissionalizante em Maquiagem Artística e Estética, Curso vinculado ao programa, Mulheres Mil, Projeto de política pública do Governo Federal, destinado a mulheres brasileiras em situação de vulnerabilidade social, sendo promovido por meio de parceria entre a UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e IFRS (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Alvorada). Para isso, foi desenvolvido um currículo baseado na proposta retratada no

documento base do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

Um dos grandes desafios enfrentados pela professora, embora tivesse 6 (seis) anos de experiência na área da pesquisa e desenvolvimento de produtos de Higiene Pessoal Perfumaria e Cosméticos (HPPC), foi a dificuldade encontrada para sistematizar as atividades, organizar as oficinas. As dúvidas que surgiram foram da relevância do material didático que apresentaria, até nas motivações, interesse e disciplina, por parte das alunas detentas.

A obra *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à Prática Educativa*, de Paulo Freire (1996), impactou a autora. Através da reflexão específica de um trecho desta obra, que segundo ela, foi um diálogo direto com Freire, ela percebeu uma mudança na sua maneira de ser e em sua prática pedagógica, o modo de ver e pensar sobre o trabalho que estava prestes a realizar:

Gostaria, por outro lado, de sublinhar a nós mesmos, professores e professoras, a responsabilidade ética no exercício de nossa tarefa docente. Sublinhar esta responsabilidade igualmente àquelas e àqueles que se acham em formação para exercê-la [...] falo da ética universal do ser humano [...] é por esta ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, que devemos lutar. (SILVA, 2014, p.19)

Após refletir sobre a leitura da obra de Freire, a autora construiu um mapa conceitual estruturado com temáticas consideradas por ela relevantes, para realização de seu trabalho. Resposta ao seu comprometimento.

Ler a ideia de ética colocada por Freire desta forma incondicional fez aflorar em mim a certeza sobre um pensamento que germinou desde que surgira a proposta de trabalhar dentro de uma penitenciária: a ética seria uma premissa da minha prática educativa. A vivência na penitenciária ratificou este pensamento e, embora ciente de que, como dito por Freire, estarei sempre exposta à transgressão da ética, mantereí presente em minha vida a preocupação em conservá-la numa conduta que contemple o respeito, a honestidade e a tolerância com todas as pessoas. (SILVA, 2014, p.19-20)

Para iniciar o trabalho no curso, dividiu a oficina em 3 (três) partes.

As oficinas eram a integração dos conhecimentos das Ciências exatas e da Natureza, no eixo temático “peles, rostos e formas faciais: pensando para além do que se vê”.

Como auxílio para as aulas teóricas criou duas apresentações que contavam com textos, imagens, gráficos e vídeos, sendo uma para cada oficina, em um total de 83 (oitenta e três) slides, onde conseguiu problematizar sobre assuntos como:

[...] impactos econômicos e sociais a respeito do crescimento da Indústria brasileira de cosméticos, legislação e vigilância sanitária, matérias-primas naturais e sintéticas, composições industriais e caseiras, aspectos dermatológicos e riscos para saúde. (SILVA, 2014, p.24).

Diferente dos outros trabalhos relacionados à Educação Prisional, onde existem obstáculos enfrentados pelos profissionais que atuam na área, como burocracia, escassez de materiais, recursos humanos, neste caso específico, maquiagens e iluminação, entre outros tantos, percebi que a professora obteve êxito no Ensino/aprendizagem ao relacionar produtos cosméticos à Química, através do resultado do curso, a formatura, o envolvimento e participação por parte das alunas, a sensibilidade que segundo ela, adquiriu, quando ao término de cada oficina, observava as alunas retornarem as celas, não entendendo muitas vezes, como mulheres tão diferentes, algumas jovens, outras nem tanto, em questão de minutos se transformavam de alunas a detentas? Perguntava-se o que as tinha condicionado a esta situação?

Concluídas as oficinas, chega o tão esperado dia da formatura das alunas, um dia especial, segundo a autora, que contou com a presença de autoridades e servidores da Superintendência de Serviços penitenciários (SUSEP), Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URFGS), também professores e familiares das detentas.

Sobre ressocialização, a autora relata a gravidade do sistema prisional, estritamente punitivo, segundo ela, e não oportuniza a ressocialização, um recomeço. Sinaliza uma proposta baseada em reflexões e experiências vivenciadas e compartilhadas durante o curso ministrado na penitenciária Madre Pelletier, compreende a educação como uma ação transformadora, e

não somente uma transferência de conhecimentos, mas que impacte a vida do educador e do educando, exigindo comprometimento e apropriação por parte de ambos. Vê a necessidade de formar profissionais para educação nestes espaços e programas específicos. Segundo a autora, privação de liberdade não deve ser vinculada a privação de outros direitos como a educação.

Quem acha que as aulas de Química são chatas não conhecem uma professora tão impressionante quanto você, você transformou Química em uma colorida cartela de novas possibilidades. Lembre-se sempre disso: use protetor solar. Muito Obrigada, com toda nossa admiração. (Alunas da primeira turma do curso mulheres Mil, Penitenciária Madre Pelletier, 2014).

A autora (DALL'AGNO, 2010) faz uma viagem histórica para contar o papel desta mesma sociedade na história das penalidades e punições, onde eram instituídos castigos físicos e psicológicos (a proposta da pena era infligir dor ao corpo) aos considerados infratores.

No código de Hamurabi, por exemplo, era baseado na lei de Talião, “olho por olho, dente por dente”, também adotada na Legislação Mosaica e pelos Romanos, até porque segundo a história a privação de liberdade não era associada a sanções da lei. Por certo alguém irá lembrar: E os prisioneiros ou escravos que eram confinados em calabouços ou torres inacessíveis de castelos medievais? de fato ficavam confinados a esses espaços muitas vezes por um curto período de tempo, porque até mesmo a multidão que aguardava do lado de fora, detinha o poder de decisão das suas trajetórias.

Na modernidade, através da união dos mais abastados, e com o capitalismo sendo uma realidade, segundo a autora, nasce à divisão dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, onde é de responsabilidade deste último assumir a justiça e a correção ficando a cargo das instituições psiquiátricas, pedagógicas e criminológicas aumentando com isso o índice de criminalidade nos séculos XVI e XVII. Alguns presídios então são construídos objetivando a correção através da disciplina e do trabalho.

A pena segundo a autora era tida como justa em si, sendo aplicada sem qualquer preocupação de resultado, sem pensar na sua utilidade, afinal no momento importava a retribuição do mal com o mal, ou seja, uma preocupação ética e compromissada com o passado. Também toma por base Kant, quando diz que se a sociedade fosse um dia desfeita, mesmo assim o último

assassino, ou mal feitor deveria sofrer punição, pagar pelo ato cometido. “Um fim em si mesmo”.

“A lei penal é um imperativo que deve ser respeitado. Sendo assim, a pena jamais teria a finalidade de melhorar ou corrigir o homem, sob o risco de tornar-se imoral”. (DALL’AGNO, 2010. p.14).

A autora, DALL’AGNO (2010) também descreve dois tipos de Teorias, a Retributiva (absoluta), que a função é punir para realizar a justiça e a Teoria Preventiva, cuja função é prevenir.

Embora a pena seja uma necessidade social, uma resposta a sociedade ela ainda é caracterizada pelo castigo e a prevenção uma ferramenta de defesa. No Brasil com a reforma penal de 1984, na edição do art.59 do Código Penal adotou-se o sistema Retributivo-preventivo, segundo a autora, uma teoria mista.

A redação do art.59 do Código Penal:

O direito brasileiro optou claramente pela teoria mista, como bem se observa na redação que deu ao art. 59 do Código Penal onde determina que a pena aplicada seja necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do crime. Contudo, ele é mais retribucionista de que preventivista. É o que se deflui do dispositivo no 5º, do art.121 ( também no 8º do art. 129), onde, no crime culposos faculta ao juiz deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária. Aqui o legislador foi única e exclusivamente retribucionista: se a retribuição foi alcançada pelas consequências do próprio fato, não há nenhuma razão para se falar em aplicar a pena. (BRASIL, Lei nº 2.848 ,07/12/1940).

A característica básica desse sistema é a possibilidade da reinserção social do preso, mas apenas na teoria segundo autora, porque embora a LEP (Leis de Execução Penal), em seu art. 5º determine que os presos sejam segregados de acordo com seus antecedentes, aqui no Brasil, são confinados considerando apenas espaço ou decisões dos próprios companheiros de cela, não obedecendo à lei e o grau de periculosidade.

As prisões no Brasil não têm a capacidade de recuperar os presos. Segundo a autora (2010), o encarceramento “puro e simples” não favorece em nada na reinserção do apenado. “Punir, encarcerar e vigiar”, segundo Foucault (2009), não é o suficiente.

O sistema encontra-se em situação degradante, as prisões brasileiras são conhecidas como “Universidade do Crime ou depósitos Humanos”.

A autora descreve o encarceramento como agressão corporal e psicológica, transformando o apenado em objeto, desprovido de nome, totalmente nulo como ser.

O ideal? Na sua concepção, seria a existência de uma pena que recolhesse temporariamente o preso, o suficiente apenas para o preparo desse indivíduo no retorno ao convívio social, porque a degradação do sistema prisional leva a desintegração do mesmo.

Neste sentido, que lhes ofertassem projetos educacionais e profissionais, proporcionando-lhes perspectivas para uma futura e positiva volta a sociedade. No entanto, na prática, no “senso comum”, deve existir sofrimento e castigo para expiação da sentença, muitas vezes esquecendo de que o confinamento já seria por si só, a punição máxima imposta a um ser humano. “A ressocialização para adaptação do delinquente será possível desde que se reverta à atual situação” (DALL’AGNO, 2010).

### 3.1 Contexto Prisional e o Ensino De Ciências

A Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), está localizada na RS 401 – KM 16 no município de Charqueadas, RS, possui capacidade de engenharia para 1422 apenados, e conta com uma população carcerária de 2561 (SUSEP, 2020).

Nesta casa prisional específica existem catorze (14) galerias<sup>1</sup>, e essas galerias contam com vinte (20) celas em cada uma. A população carcerária de cada galeria elege dentre eles um representante, denominado prefeito ou plantão de galeria, cuja função é levar as solicitações dos presos à direção da casa, como por exemplo, uma dessas solicitações, é o desejo que alguns deles manifestam em frequentar as aulas.

As aulas são realizadas no Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro, localizado na Penitenciária estadual do Jacuí (PEJ), e conta com quatro (4) turmas do Ensino Fundamental, quatro (4) turmas dos Anos Iniciais e duas (2) turmas do Ensino Médio.

O Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro, iniciou suas atividades na Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ) no ano de 2002 como escola, possuindo Regimento e Plano Político Pedagógico (PPP), porque até então a educação era realizada pelos professores da rede estadual, atuantes em escolas no município de charqueadas, em forma de supletivo , através orientações e aplicação de provas aos alunos Privados de Liberdade (PL).

A Polícia Militar (PM) desempenha um papel relevante para realização das aulas no núcleo de Educação da casa prisional, ela conduz os estudantes, os alunos PL (Privados de Liberdade) das galerias/celas, até as salas de aula, através de um corredor de contenção gradeado, conhecido popularmente por brete<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Galerias são os espaços onde se distribuem as celas, também são utilizados para segregar facções. Lembrando que as galerias são espaços do encarcerado, onde a Polícia Militar (PM) não possui acesso.

<sup>2</sup> “Brete” segundo dicionário informal: lugar onde se coloca o gado para vacinar e marcar.

Há vinte e cinco (25) anos a Brigada Militar é responsável pela administração e a segurança na Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), e também na cadeia Pública de Porto Alegre (Presídio central).

O que distingue o contexto presídio da penitenciária, é que o primeiro se responsabiliza pelo recolhimento do preso até o julgamento, e uma vez sentenciado é na penitenciária que acontece o cumprimento da pena. Existem dois regimes de pena no contexto pesquisado, o regime fechado e o regime semiaberto. Os sujeitos desta pesquisa atuam no regime fechado.

No início do mês de agosto, segundo reportagem publicada no G1<sup>2</sup>, foi registrada a terceira morte de detento causada por Coronavírus. A Secretaria da Administração Penitenciária (SEAPEN) informou se tratar de um detento de trinta e cinco (35) anos, portador de Tuberculose.

Desde o início da pandemia, no mês de março, setecentos e cinquenta e um (751) detentos testaram positivo para a COVID – 19, atualmente, quatrocentos e trinta e um (431) detentos encontram se em quarentena, dentre esses trezentos e vinte quatro (324) são da penitenciária estadual do Jacuí (PEJ), totalizando setenta e cinco (75) por cento dos casos.

Algumas imagens da penitenciária Estadual do Jacuí, (PEJ), contexto da pesquisa, disponíveis em sites da Internet. A primeira imagem é da entrada principal do prédio, local onde ocorre o fluxo de servidores, da Casa prisional, Polícia Militar e visitantes.

A segunda imagem é de uma das salas de aula do Núcleo Villamil Ballestro, espaço de realização de aulas, onde percebe-se pelas grades, que os professores trabalham na contradição, “Educação através das grades”.

A terceira e quarta imagens, revelam galeria e “brete”. A galeria exibida na imagem pertence ao pavilhão B. Algumas dessas galerias são denominadas “Galerias de Seguro”, conforme preconiza a Lei de Execução Penal (LEP), nº7210 de 11 de julho de 1984, em seu Art.05 :” Os condenados serão classificados conforme seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal”. A quarta imagem, o “brete, corredor gradeado, utilizado para fluxo dos apenados.

---

Figura 1 – Penitenciária Estadual do Jacuí – PEJ.



Fonte: G1RS, Divulgação/ Brigada Militar, 2020

[www.globo.com](http://www.globo.com)

Figura 2 – Sala de aula – Núcleo Educacional Julieta Villamil Balestro.



Fonte: Marina Petinelli ,2016.

[www.medium.com](http://www.medium.com)

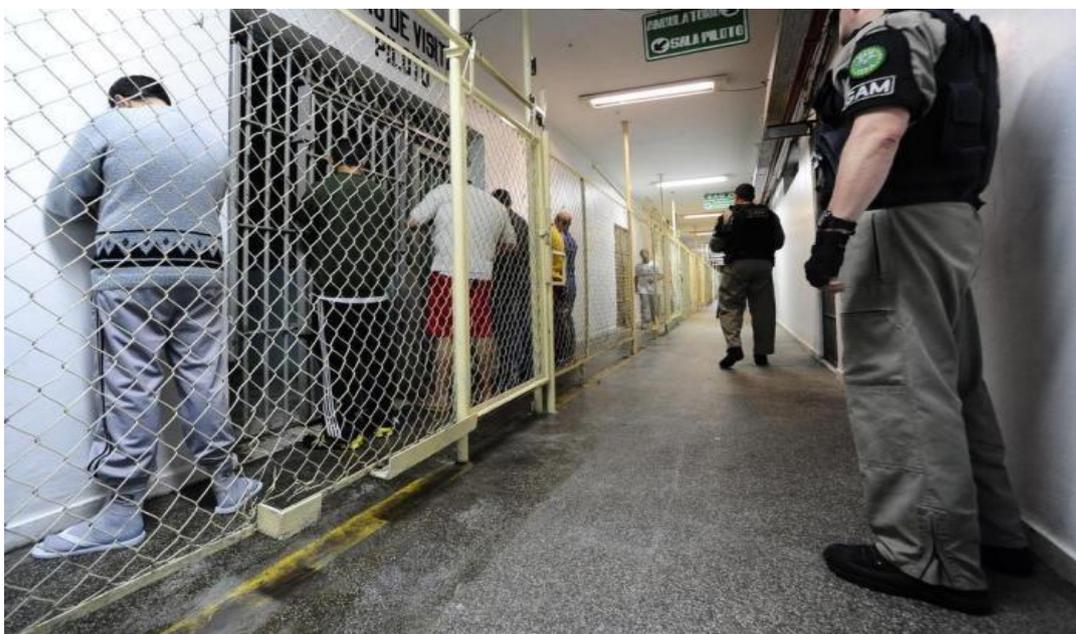
Figura 3 – Galeria Pavilhão B – Penitenciária Estadual do Jacuí.



Fonte: Rodrigo Ziebell/SSP, 2016.

[www.estado.rs.gov.br](http://www.estado.rs.gov.br)

Figura 4 – Brete – Penitenciária estadual do Jacuí.



Fonte: Ronaldo Bernardi/ Agência RBS, 2017.

[www.gauchazh.clicrbs.com.br](http://www.gauchazh.clicrbs.com.br)

### 3.2 Marco Legal

A Educação no sistema prisional se dá em garantia do Direito à Educação, conforme preconiza a Lei de Execuções Penais.

Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984**. Institui a Lei de Execução Penal.

Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

I - Material;

II - À saúde;

III - Jurídica;

IV - Educacional;

V - Social;

VI – Religiosa. (BRASIL, 1984).

#### Da Assistência Educacional

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Art. 18. A. O ensino médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional de nível médio, será implantado nos presídios, em obediência ao preceito constitucional de sua universalização. (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015).

§ 1º O ensino ministrado aos presos e presas integrar-se-á ao sistema estadual e municipal de ensino e será mantido, administrativa e financeiramente, com o apoio da União, não só com os recursos destinados à educação, mas pelo sistema estadual de justiça ou administração penitenciária. (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015).

§ 2º Os sistemas de ensino oferecerão aos presos e às presas cursos supletivos de educação de jovens e adultos. (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015).

§ 3º A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal incluirão em seus programas de educação à distância e de utilização de novas tecnologias de ensino, o atendimento aos presos e às presas. 7.627 (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015).

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico. Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

Art. 21- A. O censo penitenciário deverá apurar: (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015).

I - o nível de escolaridade dos presos e das presas; (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015).

II - a existência de cursos nos níveis fundamental e médio e o número de presos e presas atendidos; (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015).

III - a implementação de cursos profissionais em nível de iniciação ou aperfeiçoamento técnico e o número de presos e presas atendidos; (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015).

IV - a existência de bibliotecas e as condições de seu acervo; (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015).

V - Outros dados relevantes para o aprimoramento educacional de presos e presas. (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015) (BRASIL, 1984).

Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB em 1996, no artigo IV e posteriormente no artigo 37 que estabelece:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (LDB, 1996).

#### Da Remissão

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. (Redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011). (BRASIL, 1984).

#### 4 REFERENCIAL TEÓRICO

Diante dos desafios e da realidade que constituem a educação/ensino nesses espaços, prisionais, a busca por teóricos que contemplassem essa pesquisa resultaram nas seguintes obras: Pedagogia do Oprimido, Paulo Freire, (1983), onde através de uma pedagogia dialógica e humanizada, tem por objetivo valorizar e emancipar os sujeitos, em uma perspectiva de libertação, pois para Freire,(1983) “ Quando educação não é libertadora o sonho do oprimido é ser opressor”. Aprendizagem Significativa: A Teoria de David Ausubel, MOREIRA & MASSINI (1982), A Teoria de Ausubel, traz o conhecimento prévio e a motivação como sendo fatores principais para uma aprendizagem significativa. A verdade e as Formas Jurídicas, Michel Foucault (2013), através dessa obra revela com clareza as relações entre o saber e o poder. A luta nunca foi entre o bem e o mal, mas sim entre o conhecimento, ou a busca dele, e a ignorância.

A obra de Pedagogia do Oprimido de FREIRE (1983) contribui significativamente para uma educação igualitária, humanista, através dela surge uma busca de reparação, uma forma de resgate, para os sujeitos que eram submetidos a opressão e dominação da época, século XX.

Neste sentido enfatiza a educação como prática de liberdade, uma educação emancipadora, que promove no sujeito o pensamento crítico, e lhe concede o direito a possuir a sua visão do mundo, da realidade visto que “[...] ninguém educa ninguém, como tão pouco ninguém educa a si mesmo, mas se educam em comunhão, mediados pelo mundo.” (FREIRE, 1983, p.29).

Surgem então, os pressupostos para a educação popular onde o diálogo com as massas se dará de forma a valorizar os conhecimentos e diferentes saberes que as pessoas têm não mais na ação antidialógica de despejar para dominar, educação bancária, e sim na premissa freiriana de dialogar para construir juntos: “[...] desta maneira a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante” (FREIRE, 1983, p.33).

Mostra a importância de uma educação como prática de liberdade. Fundamenta o diálogo entre educador e educando uma ação, um processo político social que visa libertar os oprimidos de suas condições de opressão, segundo ele: “[...] esfarrapados do mundo e aos que nele se descobrem, assim descobrindo-se com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam”. (FREIRE, 1983, p.17).

No contexto do cárcere, existe todo o tipo de opressão, onde o educador não poderá ser mais um opressor. Para Freire (1983), a opressão torna o ser humano menos humano, quando diz que desumanização não se verifica só em quem tem sua humanidade subtraída, mas também de quem a subtrai.

A obra de MOREIRA & MASSINI (1982) é resultado da busca e reflexão dos autores, para uma compreensão mais ampla e simplificada da teoria de David Paul Ausubel, Psicólogo Norte Americano (1918-2008) acessibilizando assim a leitura de seus textos, com uma abordagem Ausubeliana, como referencial teórico para sistematização do ensino.

Na teoria de Ausubel, o conceito mais importante é a aprendizagem significativa:

O processo pela qual uma nova informação se relaciona com o aspecto relevante da estrutura de conhecimento do indivíduo, nesse processo a nova informação interage com uma estrutura de conhecimento específica, a qual é definida por Ausubel como conceitos subsunçores. (MOREIRA & MASSINI, 1982, p.7).

O desenvolvimento ou a limitação dos subsunçores depende da regularidade com que acontece a aprendizagem significativa.

As informações detidas previamente influenciarão na aprendizagem, através de associação inter-relação e organização, formando assim uma hierarquia conceitual, segundo Ausubel, quando conceitos considerados relevantes estiverem organizados e claros na estrutura cognitiva, exercerão o papel de âncora para novas ideias e conhecimentos, ou seja, quanto mais as informações, forem baseadas nos conhecimentos prévios que o aluno possuir, sobre determinados temas, mais fácil e significativo será seu aprendizado.

Em contraste com a aprendizagem significativa, Ausubel define a aprendizagem mecânica ou automática como sendo “a aprendizagem de novas informações, com pouca ou nenhuma associação com conceitos relevantes existentes na estrutura cognitiva”. (MOREIRA & MASSINI, 1982). Sendo assim,

as informações novas seriam registradas aleatoriamente não se relacionando a subsunção nenhum, seria, segundo o autor, o aluno adquirir um conhecimento imediatista, decorado, específico para uma avaliação, não seria instigado ou desafiado e não teria participação, de forma ativa, no seu processo de aprendizagem, mas Para Ausubel, a aprendizagem mecânica e a aprendizagem significativa acontecem de forma constante com o objetivo de aperfeiçoar os conhecimentos do aprendiz. (MOREIRA & MASSINI, 1982).

A aprendizagem cognitiva, embora seja o foco da teoria de Ausubel, não tornam os demais tipos de aprendizagem sem importância e tão pouco, são ignoradas pelo autor, como a cognitiva, afetiva e a psicomotora. Além disso, dois conceitos importantes do autor são relevantes para o ensino de ciências nos diferentes contextos, a aprendizagem receptiva e aprendizagem por descoberta. No qual a primeira ocorre por meio da apresentação geral do que será ensinado ao aprendiz, com início e fim. Em contraste, a aprendizagem por descoberta permite ao aprendiz descobrir, até mesmo através de experimentos, o desenvolvimento do conteúdo a ser ensinado, o que pode tornar o ensino na área de ciências mais significativo. Uma vez que, o desafio tende a despertar a criatividade o interesse e motivação.

A motivação é primordial para o aprendizado. Também o conhecimento prévio do educando, por que através dele, o educador poderá articular metodologias relevantes, específicas, que possam resultar na aprendizagem significativa.

“De todos os fatores que influenciam na aprendizagem, o mais importante é o que o aluno já sabe. Averigüe-se isso e ensine-o de acordo.” (AUSUBEL, 1980 apud LINDEMANN & MARRANGHELLO, 2015, p. 47).

Nesta obra de Michel Foucault (2013), *A verdade e as Formas Jurídicas*, o autor faz uma análise sobre uma verdade construída e consolidada através da história, novas maneiras de imposições descobertas e adotadas pela sociedade controladora, e nos mostra, com clareza as relações entre o saber e o poder.

Foucault fala também que a criação, no século XIX da sociologia e da psicologia foram novas formas de controlar socialmente o indivíduo, tomando como exemplo a arquitetura do Panóptico, (termo utilizado para designar uma penitenciária considerada “ideal”, concebida pelo filósofo e jurista inglês Jeremy

Bentham em 1785). Neste modelo de prisão, os vigilantes, em uma torre central tinham a perfeita visão de todas as celas ao mesmo tempo, já os presos não tinham os vigilantes em seu campo de visão, o medo e a dúvida os levavam a ter o comportamento desejado pelo vigilante.

O sistema panóptico segundo Bentham era de baixo custo, levando em conta a redução de número de vigilantes. Era aplicada não só nas prisões, mas também em outros estabelecimentos, com base numa disciplina controladora, o que nos familiariza nos dias de hoje, quando em muitos centros comerciais, nos deparamos com a seguinte frase: sorria, você está sendo filmado.

Nas lições sobre as prisões há uma parte que diz:

Os arquitetos modernos estão descobrindo uma forma que não era conhecida antigamente. Outrora (diz ele, referindo-se à civilização grega) a grande preocupação dos arquitetos era de resolver o problema de como possibilitar o espetáculo de um acontecimento, de um gesto, de um único indivíduo ao maior número possível de pessoas. É o caso do sacrifício religioso, acontecimento único de que deve participar o maior número possível de pessoas; é também o caso do teatro que deriva, aliás, do sacrifício; dos jogos circenses, dos oradores e dos discursos. Ora, esse problema presente na sociedade grega na medida em que esta era uma comunidade que participava dos acontecimentos fortes que formavam a sua unidade-sacrifícios religiosos, teatro ou discursos políticos- continuou a dominar a civilização ocidental até a época moderna. O problema das igrejas é ainda exatamente o mesmo. Todos devem presenciar ou todos devem servir de audiência no caso do sacrifício da missa ou da palavra do padre. Atualmente o problema fundamental que se apresenta para a arquitetura moderna é o inverso. “Quer-se fazer com que o maior número de pessoas seja oferecido como espetáculo a um só indivíduo encarregado de vigiá-las”. (GIULIUS, 1830 apud FOUCAULT, 2013, p.105).

Para um esclarecimento sobre o impacto da pandemia da COVID – 19 na população carcerária, segundo MELLO (2020), é preciso conhecer a base de dados do INFOPEN (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias), atualmente o Brasil conta com setecentos e vinte e seis (726) mil pessoas em situação de privação de liberdade, para um total de quatrocentos e trinta e seis (436) mil de vagas disponíveis no sistema prisional. Resultados esses responsáveis pelo país ocupar o terceiro (3º) lugar no ranking mundial de países que mais realiza prisões no mundo, perdendo apenas para os estados Unidos e a China. Duzentos e cinquenta (250) mil, do total da população carcerária, segundo dados do INFOPEN apresentam algum tipo de doença.

Para mostrar o quão perverso é o nosso sistema de justiça criminal, a população que potencialmente será mais atingida pela COVID – 19 é negra e pobre. Basta ver que é representada por 64% da população prisional (INFOPEN). Isto é, o novo Coronavírus tem um poder destruidor no planeta, mais aqueles com menores condições de se proteger do vírus fazem parte da população negra e pobre. (MELLO, S. S. K, 2020, p.1).

Segundo a autora, a situação é gravíssima, pelas condições insalubres oferecidas a essa população específica, onde é intensificada a contaminação não só para os encarcerados, mas para os servidores que atuam na organização e gestão desses espaços, por já existirem diversas outras doenças, muitas delas contagiosas, em larga escala em determinadas casas prisionais do país.

Neste sentido, faz uma reflexão das recomendações mundiais de prevenção do contágio e proliferação pelo Coronavírus, que é evitar aglomerações, contato pessoal, uso de máscaras, higienização das mãos e de superfícies das quais os sujeitos tem acesso, e até mesmo o isolamento imediato e atendimento médico para aqueles que apresentarem o sintoma relacionado ao vírus.

Sendo assim, faz um paralelo entre as orientações indicadas pelos centros de saúde e as condições reais encontradas e vivenciadas dentro das casas prisionais, que para a autora, são condições favoráveis à contaminação.

O ambiente prisional, segundo a autora, padece pela superlotação, falta de ventilação, problemas de inconstância no fornecimento de água e atendimento médico precário, entre outros tantos.

Embora houvesse agilidade e servidores na proporção necessária, ideal, para que se realizasse o atendimento médico, o problema ainda persistiria, porque segundo a autora, esses sujeitos seriam atendidos, não tratados, e retornariam ao mesmo ambiente no qual contraíram a doença.

A atual pandemia da COVID-19 dentro do sistema prisional no Brasil evidencia também a vulnerabilidade de todos os servidores que atuam nas unidades prisionais, sendo submetidos no mesmo ambiente dos encarcerados, alguns profissionais da área da saúde que continuam realizando atendimento foram dessas unidades.

Segundo a autora, a sociedade brasileira foi concebida em uma realidade escravagista, onde a violência e a punição são os fatores que direcionam magistrados e governantes também das instituições de controle da criminalidade e da segurança pública. Mas há séculos a punição e a violência mostram-se ineficazes.

Possuímos outras alternativas? Segundo a autora, sim:

Precisamos construir um projeto de sociedade que contemple políticas públicas em todos os níveis da vida humana: saúde, educação, habitação, trabalho, assistência e previdência. A pandemia da COVID – 19 demonstrou a necessidade premente dessas políticas, além de ser um divisor de águas para repensarmos nosso projeto de civilização. (MELLO, S. S. K, 2020, p.1).

## 5 METODOLOGIA

A metodologia empregada neste trabalho de pesquisa é de caráter qualitativa envolvendo aplicação de questionário e estudo de caso tendo como objetivo, conseguir uma visão mais ampla e profunda do tema pesquisado.

Estudo de caso, cuja definição, segundo Gil, (2008) é descrita como:

O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados. (GIL, 2008 p.58).

Por sua vez, de acordo com Yin (2005):

Estudo de caso é um estudo [...] que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência. [...] o estudo de caso pode, pois ser utilizado tanto em pesquisas exploratórias quanto descritivas e explicativas [...]. (YIN, apud GIL, 2008, p.59).

Segundo GIL (2011):

A entrevista informal é a menos estruturada e só se distingue da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados. O que se pretende com entrevistas desse tipo é a obtenção de uma visão geral do problema pesquisado [...]. (GIL, 2011, p. 130).

Como já descrito, o contexto da pesquisa foi no Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro, localizado na Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), no município de Charqueadas, RS. O Núcleo Educacional iniciou suas atividades no ano de 2002, possui turmas de Totalidade 1 e Totalidade 2, (T 1 e T 2), Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Esta pesquisa específica, faz parte do grupo de educação em ciências – GEPEC/UFRGS - CLN/CNPq e do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza/UFRGS - CLN, o trabalho teve início no mês de outubro/2017.

A pesquisa foi realizada ,através de questionários, com uma professora da área de Ciências da Natureza, atuante no Ensino Médio e a coordenadora pedagógica da Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ).Os questionários, (disponíveis no apêndices) , construídos para a pesquisa, objetivaram investigar quais metodologias e/ou conhecimentos prévios são usados pelos

professores de ciências da Natureza , no processo de ensino e aprendizagem no Núcleo Educacional. Educação de Jovens e Adultos (EJA), como são formadas as turmas, quantos alunos por sala de aula e como é realizado o ingresso desse aluno na sala de aula.

O levantamento de dados foi realizado através da organização e aplicação de dois questionários semiestruturados abertos (APÊNDICE A) com doze (12) perguntas para a coordenadora pedagógica do núcleo educacional, e onze (11) perguntas para a professora de Ciências da Natureza, (APÊNDICE B) também do núcleo educacional. Os questionários foram entregues juntamente com o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), em mãos, pela pesquisadora e após concluídos, recolhidos da mesma forma. As respostas dos questionários foram analisadas através dos significados produzidos pelos participantes da pesquisa, relacionando os conceitos das ciências, pedagógicos e a didática das ciências(professora) e pedagógicos e didáticos (supervisora pedagógica). foram analisados considerando os referenciais teóricos de ensino-aprendizagem, a Aprendizagem Significativa de Ausubel & Moreira (1982).

A análise do Plano Político Pedagógico (PPP) foi realizada seguindo a metodologia da análise documental, (LUDKE,2013). Trata-se de uma técnica de abordagem de dados qualitativos para identificar informações factuais nos documentos a partir de questões, referenciais teóricos ou hipóteses relacionadas à pesquisa. O documento analisou os seguintes aspectos: objetivos para uma criação de Núcleos Estadual de Educação de Jovens e Adultos, Educação de Jovens e Adultos (NEEJA/EJA), formações de turmas em sala de aula, organização institucional e no que diz respeito à formação de professores. Plano Político Pedagógico, (PPP, p. 2-7).

Para a coleta de dados sobre o impacto da pandemia da COVID – 19 na educação e na população carcerária do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro, da Penitenciária estadual do Jacuí (PEJ), e também as medidas de prevenções adotadas pela Casa, contou com uma entrevista informal, realizada no mês de setembro de 2020,através de e-mail, com uma professora atuante no núcleo, em totalidade 1 e totalidade 2,na Educação de Jovens e Adultos (EJA) com a seguinte pergunta: Como estão sendo realizadas as aulas durante o período da pandemia da COVID – 19 no

Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro , e  
quais são as medidas de prevenção adotadas pela Casa?

## **6 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Serão descritos abaixo os resultados dos seguintes instrumentos de pesquisa: 6.1 - As respostas dos questionários aplicados para Professora de Ciências da Natureza e Coordenadora Pedagógica; 6.2 - A entrevista informal com a professora dos Anos Iniciais; 6.3 - Análise documental no Plano Político Pedagógico (PPP). Considerando o detalhamento do contexto de pesquisa, e para a dinâmica educacional foi elaborado outro capítulo que é o 6.4.

### **6.1 Resultados baseados nas respostas dos questionários**

Segundo a Coordenadora Pedagógica, a Educação Prisional está ancorada na Educação Popular, que tem nos seus sujeitos os jovens e os adultos que por motivos diversos, não tiveram acesso a ela. Neste sentido é necessária uma ação que seja capaz de conscientizar e instrumentalizar esses sujeitos para que os mesmos possam comprometer-se com uma mudança em sua história de vida. Freire (1983) afirmava que:

A conscientização é (...) um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais “desvela” a realidade, mas se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por essa mesma razão, a conscientização não consiste em “estar à frente da realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. Conscientização não pode existir fora das “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. (FREIRE, 1983, p.44).

A formação das turmas no Núcleo de Educação da PEJ obedece à escolaridade dos candidatos e são organizadas de acordo com as modalidades da EJA.

Os alunos manifestam o desejo de retornar aos estudos através de solicitação via requisição pelo plantão de galeria, ou via bilhete à coordenação através de colegas que já frequentam as aulas. Também a coordenação faz um trabalho de recrutamento junto às galerias no início de cada mês, para o ingresso de novos alunos, e para o controle do número em sala de aula, (cada turma é composta por vinte estudantes), com a atenção a não formar grupos com facções rivais ou desafetos.

Após compor as turmas, estes estudantes são submetidos à segurança da casa prisional, caso haja a necessidade de separar alguns candidatos por apresentarem risco aos demais e aos professores.

Além da sala de aula, os alunos contam também com uma biblioteca, na qual, existem livros disponíveis para leitura e pesquisa, porém, este material só poderá ser solicitado através de um catálogo para Brigada Militar, uma vez que estes alunos por se encontrarem em regime fechado possuem movimentação restrita, ainda que seja dentro do espaço prisional.

No Núcleo Educacional pesquisado, assim como as demais disciplinas, o ensino de Ciências e suas tecnologias têm como objetivo retomar, reconhecer-se como ser sociável e responsável pelo seu corpo, meio ambiente e seus recursos físicos e por suas atitudes, além de desenvolver as habilidades necessárias para compreensão e resolução de problemas do dia-a-dia. Trabalhar Biologia, com pessoas privadas de liberdade, e em consequência disso, também privadas das mínimas condições de higiene, segundo a professora, “é como ensinar crianças de Anos Iniciais, os conteúdos básicos de Ciências”, por exemplo, o corpo humano, ecologia e saúde. Salientando certa vez, sobre a importância dos cuidados de higiene para saúde, os alunos comentaram que comiam no mesmo prato e dividiam os talheres, e em outro momento quando a professora faz referência a uma boa alimentação a pergunta de um aluno: *Feijão e arroz todo dia vale professora?* A pergunta do aluno pode sinalizar as condições na qual ele é subordinado, de acordo com a professora. Segundo Ausubel (1982), as concepções prévias são fundamentais para as novas aprendizagens. Este aluno Privado de Liberdade (PL), para facilitar o entendimento, relaciona a alimentação cotidiana, com o conceito de ciências (alimentação saudável) em uma tentativa de significar seu conhecimento.

Existe, por parte dos educadores, a busca de uma educação reflexiva dentro do núcleo educacional, onde são abordados temas a partir de observações levantadas pelos alunos, são realizadas leituras coletivas em livros didáticos, que vão de temas relacionados ao universo a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, a Tuberculose, Hepatite, doenças das quais existem em larga escala na casa. Também a questão do lixo, reciclagem,

destino. Segundo essa metodologia proposta pela professora, identificamos um viés construtivista e significativo, ela considera elementos da realidade de seus alunos (FREIRE,1996) para possibilitar seus problemas e estratégias didáticas (AUSUBEL, 1982).

Assuntos referentes à saúde, como a vacinação, ou prevenção de doenças, despertam um interesse maior nos alunos, segundo a professora de Ciências, tornando-se tema gerador e problematizador para construção dos roteiros das aulas.

Os alunos detentos apresentam baixo índice de conhecimento, visto que a maioria ficou muito tempo sem estudar, ou não tiveram acesso à educação regular e contínua, mas apesar das dificuldades, segundo Cavalcante, percebem a escola de maneira positiva.

A partir da valorização do conhecimento prévio destes alunos, os educadores do núcleo, segundo a professora de Ciências, iniciam um processo de ressignificação dos conhecimentos adquiridos ou levantados em aula, para AUSUBEL, (1980 apud LINDEMANN & MARRANGHELLO) 2015, p.47, são através desses conhecimentos que os alunos já possuem é que o educador poderá articular metodologias relevantes, específicas para o contexto e que o resultado será uma aprendizagem significativa.

O encarcerado tem na sala de aula um lugar privilegiado de liberdade, é na “sala/cela” de aula (CAVALCANTE, 2011) que se trabalham limites, o cuidado do material, com aquilo que é meu por direito e com aquilo que não é meu. Existe um “outro” que não pode ser agredido, violado, roubado ou desrespeitado. A Coordenadora Pedagógica do Núcleo Estadual Julieta Villamil Balestro, contexto da pesquisa, através das respostas ao questionário, relata o ambiente da sala de aula ,revela que: “ lá dentro da sala, existe um grupo, regras, trabalho, tempo a ser usado para o estudo”, descreve nas respostas que até no simples fato de ter saído da galeria para a sala de aula, já tem valor para esse aluno.” Estar na presença da professora que o respeita e o chama pelo nome, não importa o que ele fez, já está sendo punido por isso, importa que seja ser humano, que tem nome, que é gente”.

Como no artigo intitulado Ciências, trabalho e Educação no sistema penitenciário brasileiro, desenvolvido pelos autores SILVA, MOREIRA & OLIVEIRA (2017), o objetivo das ciências presentes, ensinadas no ambiente prisional é promover no encarcerado o senso crítico, pensar na ressocialização e reeducação, na valorização de toda e qualquer iniciativa positiva por parte desses sujeitos, e no final “[...] ser passível de avaliação e que possa resultar em certificação.” No núcleo pesquisado, as formas de avaliação adotadas no ensino de Ciências são nos moldes do ensino supletivo Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos, (NEEJA), através de provas certificadoras aplicadas semestralmente.

Durante a coleta dos dados para esta pesquisa, ocorreram mudanças no calendário/ dias das aulas no Núcleo de Educação. A causa foi a redução de professores, em razão dos cortes nas verbas da educação pelo Governo do Estado.

As aulas no Núcleo Educacional Julieta Villamil Balestro, e em todo Núcleo Modulado, Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (PASC), Penitenciária Estadual de Charqueadas (PEC) Instituto Prisional de Charqueadas (IPCH), e Semiaberto, foram reorganizadas, pela Secretaria de Educação (SEDUC), com um calendário de modalidade semipresencial, onde as Casas recebem os professores uma (1) vez por semana para o Ensino Fundamental e Médio e os Anos iniciais todos os dias, respeitando-se o horário de visitas das casas e a rotatividade do pátio para o banho de sol. Antes do remanejamento as aulas eram ministradas de segunda a sexta feira, com exceção de quarta-feira, dia de visitas ao preso.

Com a redução dos professores permaneceram no Núcleo Educacional apenas os professores nomeados, os professores contratados foram dispensados, e conseqüentemente, com a redução dos dias de aula, o rendimento dos alunos foi comprometido segundo a coordenadora e a professora, pois nas galerias não encontram condições para o estudo, pesquisa ou elaboração de alguma tarefa solicitada. Nas galerias existem condições adversas como barulho, ambientes escuros e a presença dos outros que não estudam.

A Coordenadora Pedagógica do Núcleo Educacional pesquisado, salienta que a educação não é prioridade no estabelecimento prisional, ou seja, ela sempre será subordinada à rotina da casa.

## 6.2 Resultado da pergunta da entrevista Informal

A pandemia provocada pela COVID – 19, também alterou a rotina das aulas/ensino na penitenciária Estadual do Jacuí, (PEJ). A Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) deliberou que durante o período pandêmico, os alunos Privados de Liberdade (PL), fossem atendidos através de aulas remotas, utilizando material impresso disponibilizado pelos professores de cada nível/ano específico. As aulas são preparadas pelos professores do Núcleo Educacional, contemplando os conteúdos de acordo com o plano de curso para os níveis atendidos, Ensino Médio, Ensino Fundamental e Anos iniciais.

Fica à cargo do professor a digitação e impressão do material que será encaminhado à casa prisional e enviado aos alunos. Não é permitido, portanto, como medida cautelar da instituição, que os professores tenham contato com seus alunos privados de liberdade (PL) neste momento de pandemia.

O material da aula, preparado pelo professor, é entregue nas galerias, pelos agentes de segurança da Casa prisional. Os alunos, uma vez de posse dos materiais, realizarão as atividades/tarefas propostas e as entregarão aos professores em tempo oportuno.

A professora do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro, Núcleo educacional da penitenciária pesquisada através de uma entrevista por e-mail informou que no início da crise de saúde que assola o estado, o recolhimento do material dos alunos para posterior avaliação ou mediação necessária, era realizado pelos professores do Núcleo. No entanto com o agravamento da crise e a penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), figurando entre as casas prisionais mais infectadas, modificou-se esse procedimento. A orientação agora, segundo a professora, “é que os alunos realizem as atividades e as desenvolvam quando viabilizarem a movimentação normal do estabelecimento prisional”.

Atualmente com a realização das aulas de forma remota, o aluno Privado de Liberdade (PL) desenvolve atividades, mas sem o auxílio do professor, conta apenas com o material impresso que lhe é entregue nas galerias. Uma vez finalizada as atividades/tarefas que lhes foram outorgadas, essas vão se somando as outras já desenvolvidas, e todas ficam à espera do momento de entregar, de submeter a avaliação do professor.

Sem ter acesso aos resultados das atividades desenvolvidas por esses alunos, por conta dos procedimentos de prevenção a COVID – 19 neste contexto, os professores desconhecem se esses alunos tem a percepção ou relacionam a situação atual do Coronavírus, formas de contágio, precauções e prevenções, com os conteúdos estudados nas aulas de Biologia.

Segundo informações oficiais da Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), foram tomadas as seguintes medidas de prevenção para conter o vírus:

- Distribuição de máscaras;
- Higienização dos ambientes;
- Isolamento nas galerias;
- Triagem geral;
- Testagem em grande número dos apenados;
- Avaliação clínica em todos eles;
- Acompanhamento médico de doentes crônicos;
- Internação dos casos mais graves;
- Atendimento médico conforme a demanda;
- Suspensão de visitas aos apenados.

### 6.3 Resultados Baseados no Plano Político Pedagógico (PPP)

Os objetivos do Plano Político Pedagógico do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos da Penitenciária Estadual do Jacuí foram reproduzidos abaixo conforme o documento original:

- Garantir aos sujeitos privados de liberdade o acesso à educação de qualidade como proposta de política de execução penal com o objetivo de reinserção social do apenado e, sobretudo garantir sua plena cidadania;
- Desenvolver o senso crítico nas pessoas envolvidas, favorecendo uma análise da realidade e capacitando-as para agir no meio social com ética, respeito e solidariedade;
- Proporcionar momentos de reflexão das vivências trazidas pelos apenados de modo a fortalecer o respeito pelos Direitos Humanos e pelas liberdades fundamentais;
- Oferecer certificação aos alunos PL (Privados de Liberdade) concluintes dos cursos de Ensino Fundamental e Médio estimulando-os para uma formação ao longo da vida;
- Valorizar no projeto educacional a possibilidade de um resgate das subjetividades, de incentivar as criatividade, a autoestima e autonomia intelectual dos alunos PL (Privados de Liberdade) para além das grades.

O Plano Político Pedagógico, segue as orientações da SEDUC, através da coordenação (12ª CRE), existe um modelo único para todos os Núcleos Estaduais, com o passar do tempo, segundo a Coordenadora Pedagógica, “estamos adequando o PPP e Regimento à nossa realidade prisional e educacional”.

A oferta de Educação de Jovens e Adultos nesses espaços, prisionais, “se reveste de enormes desafios”, conforme o Plano Político Pedagógico (PPP), enfrentam dificuldades estruturais e de recursos humanos, o que interfere diretamente no ambiente escolar influenciando nos processos educativos.

Os trabalhos na instituição são organizados da seguinte forma: Considerando o espaço físico das salas de aula, o número por turma, será em

média de vinte a vinte e cinco alunos, distribuídos em três turnos, manhã, tarde e noite, de forma a contemplar os que realizam trabalhos na Casa. Portanto estarão em sala de aula no turno da manhã do horário das oito horas e trinta minutos às onze horas e trinta minutos, no turno da tarde das catorze horas às dezesseis horas e no turno da noite das dezessete horas e trinta minutos às dezenove horas e trinta minutos.

Sobre a avaliação e a certificação, segundo Plano Político Pedagógico (PPP), a avaliação acontecerá de forma contínua, por meio de provas objetivas, debates, atividades realizadas em sala de aula e fóruns. A certificação será disponibilizada, aos alunos que forem contemplados, ao final de cada semestre.

A construção de Projetos pedagógicos, metodologias, elaboração do material didático, assim como a avaliação das práticas docentes, será realizada às quartas-feiras, dia estabelecido para visitas ao preso, na Penitenciária Estadual do Jacuí, durante encontros/reuniões, com a proposta de formação continuada dos professores que atuam na instituição.

Um dos objetivos do Plano Político Pedagógico é “Desenvolver o senso crítico nas pessoas envolvidas, favorecendo uma análise da realidade e capacitando-as para agir no meio social com ética, respeito e solidariedade”. Segundo Ausubel (1982) e Freire (1983), indica uma perspectiva pedagógica contextualizada e significativa porque considera a realidade dos sujeitos inseridos no processo de ensino aprendizagem do contexto educacional prisional.

#### 6.4 Contexto Educacional da Pesquisa

Os apenados dessa Instituição, segundo Plano Político pedagógico (PPP) são “oriundos da vara de Execuções Criminais (VEC), do município de Novo Hamburgo, Sapucaia do Sul e região metropolitana. Observa-se, em sua maioria, alunos egressos do Ensino Fundamental”.

Após a certificação do Ensino Médio existe a possibilidade do aluno que se encontra em cumprimento de pena no regime fechado, cursar Ensino Superior ou Técnico, eles participam das avaliações do Governo Federal como o Exame Nacional para Certificação de Jovens e Adultos (ENCCEJA) e o Exame Nacional de Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (ENEM PPL), e se promovidos poderão ser transferidos para uma casa prisional próxima a Universidade pretendida e cursarem o nível superior, tomo, por exemplo, os estudantes privados de liberdade da PEJ (Penitenciária Estadual do Jacuí) que frequentam o Núcleo Educacional Julieta Villamil Balestro, no município de Charqueadas, porque, próximo, a dez (10) quilômetros (Km), situa-se o município de São Jerônimo onde existe uma casa prisional e uma unidade presencial da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

Todo esse processo de mudança do preso, ingresso na Universidade, à logística da Casa prisional até a Universidade e escolta da PM (polícia Militar) para que o apenado possa assistir às aulas, estarão condicionados, segundo coordenadora, a contemplação no Enem PPL, a autorização de um Juiz, vaga disponível na Casa prisional pretendida e recursos humanos disponíveis.

Outra forma de educação existente na casa prisional pesquisada vem de iniciativas, como a Igreja Universal do Reino de Deus, que construiu um espaço para o culto e apoio ao apenado, para refletirem sobre suas vivências antes do cárcere e projetarem um futuro com mais dignidade. Considerado educativos também projetos desenvolvidos com grupos de convivência nas áreas de Psicologia, Saúde mental e Assistência Social, pela equipe técnica, além disso, os professores do Núcleo desenvolvem projetos como “Paternidade Consciente”, levando até os encarcerados ciclos de palestras na área da saúde, jurídico e assim, promovendo valores com diferentes profissionais das áreas. A Parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, (SENAI) para cursos profissionalizantes como Garçom, Pedreiro, Soldador, entre outros,

são subordinadas a coordenadoria da casa prisional. No momento não há nenhum curso do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, (SENAI) em andamento.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aprendizado de Ciências/Biologia no sistema prisional busca uma conscientização referente ao meio no qual estão inseridos, previne e alerta sobre doenças causadas pelo confinamento, princípios básicos, mas relevantes para o dia-a-dia desses sujeitos, embora frágil se comparado ao ensino regular (ensino escolar). O ensino aprendizagem de Ciências no contexto prisional identificado nesta pesquisa, indica que que podem estar ocorrendo práticas pedagógicas que nem sempre resultam em aprendizagem significativa (AUSUBEL, 1982), seja pela baixa escolaridade dos alunos, aliada às metodologias pedagógicas que podem não estar considerando a realidade dos estudantes, e propondo um diálogo entre saberes e ciência. Também as aprendizagens podem não estar sendo alcançadas por escassez de material, por falta de professores, cortes em verbas que seriam destinadas a esse fim, entre outros. Este contexto educacional relatado, compromete a transformação social desse aluno, durante e após o cumprimento da pena.

Através das respostas aos questionários aplicados à Coordenadora Pedagógica e a professora responsável pelo ensino de Biologia, do núcleo de ensino prisional pesquisado, percebeu-se a complexidade, a dificuldade que este aluno possui, em reconhecer as Ciências vivenciadas em seu cotidiano, dentro deste espaço específico. Na maioria das vezes, o ato de lavar ou não as mãos antes das refeições ou quando dividem os mesmos talheres, não é relacionado por ele (ou trata-se da condição do encarcerado) como conceitos aprendidos na Biologia em sala de aula, como forma de higiene e prevenção de doenças. Esta situação de ensino-aprendizagem, indica que apesar das narrativas dos sujeitos investigados nesta pesquisa e evidenciadas nos documentos pedagógicos (Plano Político Pedagógico), que consideram a valorização da realidade e cotidiano dos alunos na construção das aprendizagens científicas escolares, esta prática parece não ocorrer no dia a dia da sala de aula. Esta “desconexão” entre conhecimentos dificulta uma aprendizagem crítica e transformadora, fundamental para uma pedagogia humanizada, como menciona Freire (2014). Atualmente, as aulas acontecem duas vezes por mês, o que acaba dificultando o trabalho da professora e a aprendizagem dos alunos.

No período da pandemia aulas estão sendo realizadas de forma remota, e o aluno Privado de Liberdade (PL) desenvolve atividades mas sem o auxílio do professor, conta apenas com o material impresso que lhe é entregue nas galerias. Uma vez finalizada as atividades/tarefas que lhes foram outorgadas, essas vão se somando as outras já desenvolvidas, e todas essas atividades ficam aguardando o momento de entrega e a avaliação do professor.

É fundamental compreender que ainda há muito a ser feito, estudado e pesquisado sobre este ensino de ciências nos espaços prisionais, na organização de metodologias, ou por formação de profissionais atuantes na área, comprometimento por parte do Estado em investir em políticas voltadas para estes espaços.

Durante a realização da pesquisa, percebeu-se a inexistência de Material didático específico que contemplem esses estudantes, resultando em uma quase exclusão dessa população, dentro de uma proposta que objetiva promover a inclusão. Nos significados evidenciados nas respostas dos questionários da professora de Ciências do núcleo educacional pesquisado e da coordenadora pedagógica, percebeu-se algumas “citações” relacionadas à uma aprendizagem construtivista e contextualizada, revelando uma tendência teórica para uma perspectiva de aprendizagem significativa.

Através da interpretação das respostas dessas profissionais, professora e coordenadora, não foi possível definir se existe efetivamente uma aprendizagem significativa por parte dos alunos Privados de Liberdade(PL), até porque outras situações ou questionamentos sobre outros temas, por exemplo, sócios ambientais seriam necessários para que demonstrassem um entendimento mais crítico e científico. Mas pode-se sim dizer que o ensino de Ciências neste contexto pode evoluir para uma aprendizagem significativa (AUSUBEL, 1982).

Neste sentido refletimos a Educação Prisional, como oportunidade aos alunos Privados de Liberdade (PL), de serem agentes do próprio futuro, através de uma educação, emancipadora, dialogada e não apenas “transferir conhecimentos, mas criar possibilidades para sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p.22).

Quando o aluno Privado de Liberdade (PL), traz para sala de aula questões, como por exemplo, no tema alimentação saudável, a seguinte

pergunta: “ingerir arroz e feijão todos os dias, resulta em uma boa alimentação?” ele está relacionando conhecimentos prévios (AUSUBEL, 1982), com o que está sendo estudado, aprendido. O compartilhamento de utensílios como talheres também é relacionado por eles, quando a professora fala em contágio de certas doenças existentes em larga escala na Casa.<sup>3</sup> Essas questões refletem a condição na qual o aluno é subordinado, e não sobre suas aprendizagens em sala de aula. Seria interessante nesta situação de ensino, promover a interação entre esta realidade com os conhecimentos das ciências da natureza envolvidos nesta temática (doenças transmissíveis).

Neste sentido estarmos atentos a não vincular essa educação apenas como norma de disciplina dentro de uma casa prisional, ou para diminuição de pena, ou até mesmo, produzir mão de obra, condicionando esses sujeitos a um mercado de trabalho com baixa remuneração, é importante para uma pedagogia humana, que segundo Freire:

A pedagogia como pedagogia humana e libertadora, terá dois elementos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão revelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis; o segundo, em que, transformada a realidade opressiva, essa pedagogia deixa de ser a do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação. (FREIRE, 1983, p.44).

Na pesquisa relatada neste texto, concluímos que a penitenciária que serviu de contexto a ser pesquisado garante o direito e o acesso à Educação. Mas como toda a educação pública, é preciso lutar para fomentar a sua qualidade.

---

<sup>3</sup> Casa – termo utilizado pelos profissionais e servidores para se referirem à penitenciária, o contexto dessa pesquisa.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, LEI DE DIRETRIZES E BASES- **Lei nº 9394 20 de dezembro de 1996**. Brasília. Casa Civil, 1996.

BRASIL. LEI DE EXECUÇÃO PENAL- **Lei nº 7210, 11 de julho de 1984**. Brasília, Casa Civil, 1984.

CAVALCANTE, E. C. B. **Cinema na cela de aula: o uso de filmes no Ensino de Biologia para EJA prisional**. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Ciências Biológicas, Instituto de Física, Instituto de Química, Mestrado Profissional em Ensino de Ciências. Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <[http://ppgec.unb.br/imagens/sampledata/dissertacoes/2011/versaocompleta/elisangela\\_caldas\\_braga\\_cavalcante.pdf](http://ppgec.unb.br/imagens/sampledata/dissertacoes/2011/versaocompleta/elisangela_caldas_braga_cavalcante.pdf)>. Acesso em: 29 de outubro de 2017.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA (CNPCCP). **Resolução nº 03, de 11 de março de 2009**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 22-23, 25 mar. 2009. Seção 1.

DALL'AGNO, L. L. **Ressocialização do Apenado: A Dificuldade no Retorno à Sociedade**. Trabalho de Conclusão (Ciências Jurídicas e sociais) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/115757/trabalhosdeconclusaodecursodegraduacao.pdf>>. Acesso em: 08 de outubro de 2019.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 28. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. 38. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GIL, A.C: **Método e Técnicas de pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

G1 RS.globo.com. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/08/02/penitenciaria-de-charqueadas-registra-terceira-morte-de-detento-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 25 agosto de 2020

LÜDKE, M. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2013.

MELLO, S. S. K. O Sistema prisional Brasileiro no Contexto da Pandemia de COVID – 19. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://conexao.ufrj.br/2020/03/31/o-sistema-prisional-brasileiro-no-contexto-da-pandemia-de-covid-19>>. Acesso em 18 de agosto de 2020.

MOREIRA, M.A; MASINI, E. F.S **Aprendizagem Significativa: A teoria de David Ausubel**. São Paulo: Moraes 1982.

OLIVEIRA, J. V. **O ensino de Ciências e Biologia no sistema prisional**: uma busca por temas, estratégias e recursos didáticos. Trabalho de conclusão (Ciências Biológicas) Instituto de Biologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: <https://repositório.ufu.br/bitstream/123456789/19294/6/Ensinocienciasbiologia.pdf>. Acesso em: 29 de outubro de 2017.

SILVA, C. A. **Descobrimo os limites da minha Formação por meio do Ensino de Química dentro de uma Penitenciária Feminina**. Trabalho de Conclusão (Licenciatura em Química) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/15757/trabalhosdeconclusãodecursodegraduacao.pdf> .Acesso em: 06de Outubro de 2019.

SILVA, R; MOREIRA, F.A; OLIVEIRA, C. B. F. **Ciências, Trabalho e Educação no Sistema Penitenciário Brasileiro**. Cad. Cedes, Campinas, v.36, n.98, p.9-24, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v36n98/1678-7110-ccedes-36-98-00009.pdf>. Acesso em:29 de outubro de 2017.

WACQUANT, Loïc. **As duas faces do Gueto**. 1ª ed. Boitempo Editorial, 2008.

## APÊNDICES

### **APÊNDICE A - Questionário à coordenadora Pedagógica do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro. M. R. S. B.**

- 1) Quais os critérios para seleção dos alunos?
- 2) Como são formadas as turmas e quantos alunos são permitidos em cada sala de aula?
- 3) Quais as suas concepções sobre o aprendizado no sistema prisional?
- 4) Como é realizado o Plano Político Pedagógico (PPP) e quem participa da elaboração?
- 5) Após a redução de professores, em razão dos cortes nas verbas da educação, como ficou estruturado o calendário das aulas?
- 6) Essa nova estrutura repercutiu no aprendizado dos alunos? Se repercutiu, de que forma?
- 7) Durante as aulas os alunos têm acesso a outros espaços de aprendizagem, como por exemplo, a biblioteca?
- 8) Você considera que o ensino de Ciências Naturais (Ciências, Biologia, Química e Física) desenvolvido no núcleo estadual de Educação, proporciona uma aprendizagem contextualizada, significativa, por exemplo, um ensino que promova a reflexão das situações do cotidiano e de termos atuais das ciências, Tecnologia, saúde e ambiente, no desenvolvimento dos conceitos escolares de Ciências?
- 9) De que forma a Educação Prisional contribui para a ressocialização do indivíduo e sua formação de senso crítico? Dê um exemplo que é desenvolvido no núcleo.
- 10) Quais outras formas de educação, além das aulas contribuem para a ressocialização dos A privados de Liberdade (PL)?
- 11) Após a certificação do Ensino Médio, existe a possibilidade do aluno, que cumpre pena em regime fechado, cursar o Ensino Superior ou Técnico?

**APÊNDICE B - Questionário à professora de Biologia do Núcleo Estadual de educação de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro.**

1) Qual a relevância do ensino de Ciências (Biologia) no sistema prisional para a promoção de uma consciência crítica e social do sujeito, contribuindo, assim para a ressocialização do mesmo?

2) Você considera que esse objetivo, em geral, tem sido alcançado?

3) Qual é a importância do ensino de Ciências (Biologia) neste contexto, para compreensão dos fenômenos naturais, aqueles de seu cotidiano e de temas da atualidade?

4) Você considera que esse objetivo, em geral, tem sido alcançado?

Explique:

5) Você considera que o ensino de Ciências e Biologia proporciona uma aprendizagem contextualizada e significativa, por exemplo, um ensino que promova a reflexão das situações do cotidiano vivenciadas pelos sujeitos, e temas atuais das ciências, Tecnologia, Saúde e Ambiente, no desenvolvimento dos conceitos na sala de aula? Explique sua resposta e cite um exemplo.

6) Como são abordados temas relevantes como questões socioambientais, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e higiene de modo geral?

7) Quais metodologias que consistem na construção do conhecimento dos estudantes Privados de Liberdade (PL) a partir da realidade vivenciada?

8) Descreva algumas metodologias empregadas em sala de aula.

9) Existem projetos e/ou trabalhos desenvolvidos e direcionados para a sustentabilidade? Como são executados?

10) Quais as formas de avaliação adotadas no ensino de ciências e Biologia?

11) Você considera importante para a aprendizagem dos estudantes Privados de Liberdade (PL), a valorização dos conhecimentos prévios e de suas vivências? Por quê?

12) De que forma é realizada esta investigação?

**APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL- UFRGS  
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS**

Eu \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_

Depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores (**especificar nome de todos os pesquisadores envolvidos na pesquisa inclusive do pesquisador responsável orientador**) do projeto de pesquisa intitulado “(**especificar título do projeto**)” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2020

\_\_\_\_\_  
Pesquisador responsável pelo projeto

\_\_\_\_\_  
Entrevistado/ Pesquisa